

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.426 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2001

Proposta do Orçamento pode ser votada na próxima semana

Congresso Nacional pode se autoconvocar para trabalhar de quarta a sexta-feira da próxima semana para votar o Orçamento da União. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, que se reuniu com as lideranças partidárias e o presidente da Câmara, Aécio Neves, para definir um calendário de apreciação da proposta.

PÁGINA 3



A sessão solene de promulgação da emenda constitucional sobre a imunidade, no Plenário da Senado, reuniu grande número de parlamentares

Imunidade deixa de ser sinônimo de impunidade, anuncia Tebet

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram ontem a emenda constitucional que limita a imunidade às opiniões, palavras e votos dos parlamentares. O ato foi destacado pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, como resultado de pro-

postas dos senadores Ronaldo Cunha Lima e Pedro Simon. Ao presidir a sessão solene, que contou com a presença do presidente da Câmara, Aécio Neves, e membros das Mesas das duas Casas, Tebet disse que “imunidade deixou de ser sinôni-

mo de impunidade”. Ele afirmou que a Câmara dos Deputados conseguiu aperfeiçoar muito a iniciativa do Senado e destacou os esforços de Aécio Neves para que a matéria pudesse tramitar de forma rápida.

PÁGINA 2

Lobão e João Alberto destacam importância do voluntariado no país

PÁGINA 8

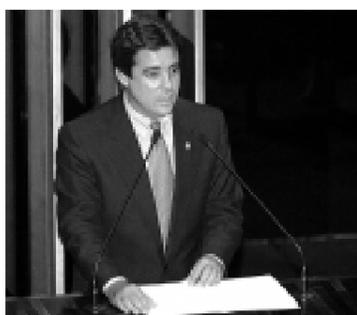
Flexibilização da CLT vai proteger o emprego, diz Valmir

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) defendeu a aprovação do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para ele, o mais importante deve ser a manutenção do emprego, mesmo que haja pequena perda para o trabalhador. "Não podemos proteger os trabalhadores se o prejuízo para a economia como um todo for maior do que a proteção individual", afirmou.

A matéria foi aprovada na Câmara e está tramitando, simultaneamente, nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Segundo Valmir Amaral, os senadores, ao votar a matéria, "precisam pensar nos quase 60% de trabalhadores que estão na economia informal" — portanto, sem qualquer garantia legislativa — e não naqueles que estão protegidos pela carteira assinada.

Valmir Amaral argumentou que o projeto, ao permitir que convenção ou acordo coletivo possa flexibilizar alguns direitos do trabalhador, "abre caminho para que as empresas contratem mais trabalhadores ou pelos menos deixem de demitir".

Como exemplo bem sucedido dessa política, ele citou o acordo feito entre o sindicato dos metalúrgicos do ABC e a Volkswagen, impedindo 3 mil demissões, em troca de pequena perda salarial dos trabalhadores.



Para Valmir Amaral, mudanças na CLT abrem caminho para novas contratações



Ramez Tebet assina a emenda constitucional, entre os deputados Severino Cavalcanti, Aécio Neves, presidente da Câmara, e Efraim Morais

Imunidade parlamentar já não vale mais para crimes comuns

A emenda constitucional foi promulgada ontem. Ramez Tebet, presidente do Congresso, lembrou que a iniciativa de restringir a prerrogativa surgiu primeiramente no Senado

"Imunidade deixou de ser sinônimo de impunidade", afirmou o presidente do Senado, Ramez Tebet, ao presidir ontem a sessão solene do Congresso Nacional em que foi promulgada a emenda à Constituição que restringe a imunidade parlamentar.

A solenidade de promulgação da emenda foi realizada no Plenário do Senado, com a participação do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e de integrantes das Mesas das duas Casas.

No pronunciamento, feito após a assinatura solene da emenda, Tebet lembrou que a iniciativa de restringir a imunidade, impedindo que ela se estenda a crimes comuns cometidos por parlamentares, surgiu primeiramente no Senado, por uma emenda en-

cabeçada pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB). Houve ainda, lembrou, iniciativa similar, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), cabendo ao senador José Fogaça (PPS-RS) relatar a matéria duas vezes.

CÂMARA

Tebet disse que a Câmara dos Deputados conseguiu aperfeiçoar a iniciativa do Senado. O senador destacou os esforços do deputado Aécio Neves para que a PEC pudesse tramitar de forma rápida e ser aprovada na Câmara. Ressaltou ainda a colaboração dos deputados Jaime Martins (PFL-MG) e Ibrahim Abi-Ackel (PPB-MG) como relatores da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e no Plenário da Câmara.

No Senado, a emenda foi exa-

minada e votada com celeridade nos dois turnos, "graças principalmente ao empenho demonstrado por todos os senadores", afirmou Tebet. Com a promulgação da medida, acrescentou o presidente do Senado, "o Legislativo fecha com chave de ouro o pacote ético exigido pela sociedade".

DESTAQUE

O deputado Aécio Neves agradeceu o esforço de todos os deputados para tornar viável a restrição da imunidade parlamentar no país. Para ele, a atual legislatura marcou, desse modo, "um lugar de destaque na história do Brasil". A emenda promulgada, segundo Aécio Neves, "criou um novo conceito no relacionamento entre o Parlamento e a sociedade brasileira".

Tebet pede fim das divergências para votar Orçamento

O presidente do Senado, Ramez Tebet, fez ontem apelo aos senadores e deputados para que "superem rapidamente" suas divergências e votem, antes do fim do ano, o Orçamento da União para 2002.

Num momento de "graves dificuldades", inclusive para a América Latina, disse, "devemos mostrar ao mundo que o Brasil tem orçamento". O apelo de Tebet foi feito no encerramento da sessão solene realizada para promulgar a emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemar Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Orçamento pode ser votado na próxima semana

Mesmo sem ter chegado a acordo em torno do novo salário mínimo, ficou definido, durante reunião dos presidentes da Câmara e do Senado com lideranças partidárias, um calendário de trabalho até final do ano

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou na tarde de ontem ser provável que ele faça a autoconvocação do Congresso Nacional para trabalhar entre os dias 26 e 28 deste mês. O objetivo principal da medida, que deve ser oficializada em sessão extraordinária convocada para este sábado, é realizar a votação do Orçamento da União para 2002, disse o senador.

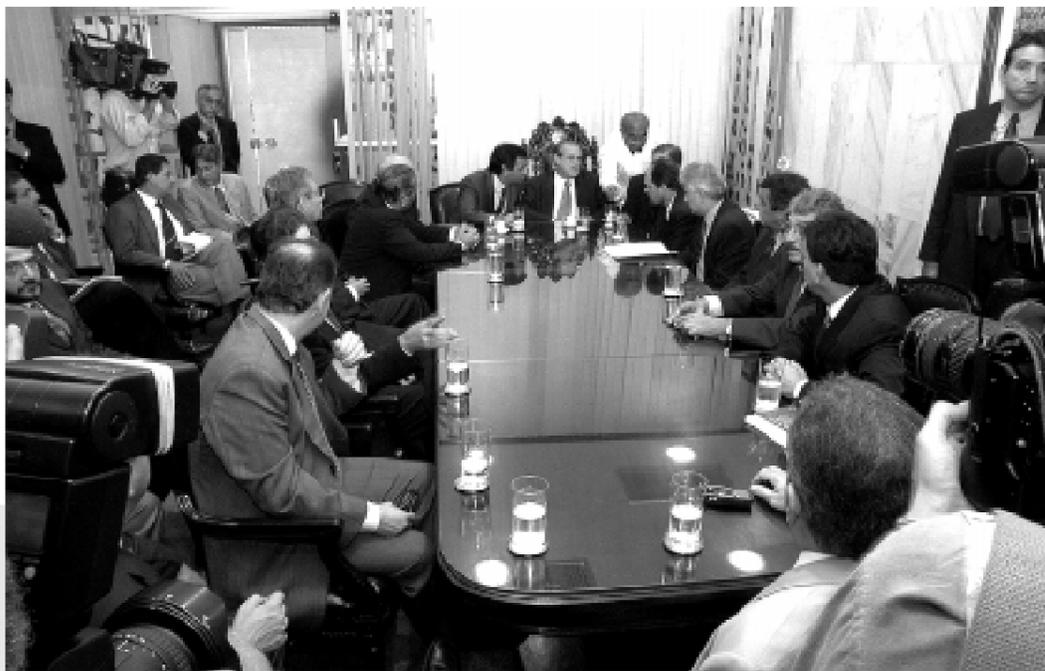
O período extra de trabalho talvez seja necessário, explicou Tebet, porque não foi possível um acordo definitivo em torno de pontos do Orçamento, como o valor do salário mínimo e as dívidas dos pequenos agricultores. O senador Ramez Tebet, o presidente da Câmara, Aécio Neves, e os líderes partidários das duas Casas legislativas reuniram-se ontem para tentar um acordo, mas apenas o calendário dos trabalhos fi-

cou acertado. As oposições querem um salário mínimo maior que R\$ 200 – propostos pelo governo – e também condições mais favoráveis para o pagamento das dívidas agrícolas.

– Nós avançamos em algumas questões e até a oposição já está entendendo a importância de votarmos o Orçamento ainda este ano. Há setores que demonstram divergências que, no entanto, eu confio, poderão ser superadas – avaliou o senador.

Tebet explicou também que até o sábado a Comissão Mista de Orçamento estará votando créditos suplementares e o Congresso realizará sessões para examinar matérias remanescentes.

– Eu tenho esperança de que conseguiremos fazer a votação do Orçamento ainda este ano e faremos todo o esforço para que isso ocorra – afirmou.



Ramez Tebet (C) informou que a reunião permitiu avanços em algumas questões. Ele disse que a autoconvocação deve ser oficializada durante sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para este sábado

Mesmo sem acordo sobre mínimo, negociações prosseguem hoje

Líderes partidários da base do governo no Congresso realizaram duas reuniões ontem em busca de solução para reivindicações das oposições, mas nenhuma proposta concreta chegou a ser feita. Mesmo sem acordo, as lideranças governistas decidiram iniciar o processo de discussão e votação do relatório final do projeto de orçamento na Comissão Mista de Orçamento. As oposições obstruíram os trabalhos, mas houve comparecimento em massa de deputados e senadores dos partidos que apóiam o governo e, com isso, a reunião prosseguia às 23h.

Numa reunião no início da noite, na casa do presidente da Câmara, Aécio Neves, os líderes governistas decidiram tentar votar o Orçamento mesmo com obstrução oposicionista, ao mesmo tempo em que o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), conversaria com o presidente Fernando Henrique sobre as reivindicações do PT, PDT, PCdoB, PSB, PL e PPS.

Basicamente, as oposições querem um salário mínimo em abril superior aos R\$ 200 acertados na semana passada e a edição de medida provisória prevendo renegociação das dívidas

de pequenos agricultores. O PDT insiste também em um aumento para o funcionalismo federal superior a 3,5%.

APELO

Ao final da reunião dos líderes dos partidos da base do governo, o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), afirmou que os governistas estavam dispostos a votar o Orçamento neste ano. Disse ainda que o presidente da Câmara pretende se reunir com os líderes de oposição hoje e fazer “um apelo patriótico” para votação do Orçamento, principalmente por causa dos recentes acontecimentos na Argentina. “O Brasil não pode passar a impressão de que tem algum problema”, afirmou. Para ele, notícias de que o governo brasileiro não conseguiu votar no Congresso o Orçamento “podem ter péssimas repercussões”.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, e o presidente da Câmara, Aécio Neves, reúnem-se hoje para decidir a prorrogação, por mais uma semana, da convocação extraordinária do Congresso para votação do Orçamento da União de 2002. A ideia dos líderes governistas é estender os trabalhos até o final da próxima semana.

Congresso aprova novos créditos suplementares

Acordo de lideranças firmado na tarde de ontem permitiu a aprovação, pelo Congresso Nacional, de 11 créditos especiais e suplementares ao Orçamento da União, que liberam dotações de R\$ 9,4 bilhões para os diversos ministérios.

A maior parte dos recursos – cerca de R\$ 4,7 bilhões – é destinada aos programas de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação dos sistemas bancários estaduais e a aportes financeiros pela União nos bancos da Amazô-

nia e do Nordeste.

Há recursos também – cerca de R\$ 975 milhões – para ações sociais dos Ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho e da Previdência Social. Foram aprovados ainda créditos para a Superintendência de Seguros Privados (R\$ 700 mil), Ministérios da Defesa (R\$ 40 milhões, para manutenção do porta-aviões *São Paulo* e de outros navios e submarinos) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 3,9 milhões) e Banco do Piauí (R\$ 1,1

milhão). A Caixa Econômica Federal (CEF) do Rio de Janeiro receberá R\$ 882 mil para a modernização de suas agências.

Foram votados apenas os créditos que já haviam sido analisados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Os demais pedidos de crédito pendentes de deliberação e o próprio Orçamento da União para 2002 continuam dependendo de negociações entre governo e oposição.

Recursos aprovados ontem pelo Congresso Nacional destinam-se a estados e ministérios



Carlos Bezerra pede apoio para Estatuto do Enfermo

Projeto estabelece garantias fundamentais para os doentes, como as de receber informações completas sobre a doença e de ter socorro imediato

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) fez apelo ao Senado para que aprove sem demora proposta de sua autoria que cria o Estatuto do Enfermo, de modo a dar garantias fundamentais a todos os doentes, entre elas o direito de tomar conhecimento de informações completas sobre sua doença e de ter socorro imediato. A proposta traz também algumas proibições para o doente, entre elas, a de solicitar a abreviação de sua vida ou pedir tratamentos experimentais, ainda não liberados pelos conselhos de medicina ou proibidos no país.

A proposta de estatuto, segundo Carlos Bezerra, cuida também de danos provocados ao enfermo por atos de imprudência, imperícia ou negligência, estabelecendo penalidades para infrações cometidas por profissionais de saúde ou por instituições de prestação de serviços nessa área.



Carlos Bezerra baseou-se, em grande parte, no Código de Ética Médica

O projeto de lei estabelece ainda como direitos do enfermo a proibição de discriminação e o direito à escolha do tratamento, garantindo também o tratamento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Com a criação do novo código de defesa dos enfermos, segundo Carlos Bezerra, serão determinados, de forma definitiva e clara, todos os

direitos dos doentes. O projeto considera como enfermo o indivíduo cuja capacidade funcional ou laborativa, cujo conforto orgânico ou social e cuja integridade orgânica ou a vida estejam comprometidos por afecções físicas, mentais ou psicossociais.

Para sugerir a criação do estatuto, o senador Carlos Bezerra baseou-se, em grande parte, no Código de Ética Médica e na regulamentação dos experimentos utilizando seres humanos, ambos de 1988. Procurou garantir ao enfermo os benefícios médicos de assistência social, de apoio trabalhista e profissional, visando à sua total recuperação e integração na cidadania plena.

O primeiro código de defesa de enfermos com essa preocupação central foi adotado na Inglaterra, em 1800, por Thomas Percival. Muito antes disso, na antiguidade, o Código de Hamurabi cuidava da proteção dos enfermos, prevendo a punição de erros médicos com a morte.

Senador quer manter empresa de extensão rural do MT

A extinção da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) foi condenada pelo senador Carlos Bezerra, segundo o qual a idéia é alimentada pelo governo federal com o apoio do governador Dante de Oliveira. Referindo-se ao papel da Empaer no desenvolvimento do estado, ele disse que a solução mais sensata é manter a empresa em funcionamento, para que continue orientando o homem do campo e promovendo a pequena e média produção rural, "que sofre grande discriminação no país".

Carlos Bezerra frisou que, desde

sua fundação, em 1992, a Empaer funciona como uma sociedade de economia mista, em que o governo estadual tem 97,15% das ações. Ele lembrou que a Constituição brasileira reserva à assistência técnica e à extensão rural destaque na formulação do planejamento e execução das políticas de desenvolvimento agrícola. E observou que, apesar desse reconhecimento constitucional, a empresa está ameaçada "pelo turbilhão de privatizações" conduzido no governo de Fernando Henrique Cardoso.

— Lamentavelmente, somos obrigados a dizer que o sr. Dante de

Oliveira compartilha totalmente com as diretrizes dessa política, que só tem enfraquecido as estruturas do Estado nacional. No caso da Empaer, o governador sequer consegue conter o desejo de promover rapidamente sua liquidação.

Observando que a atividade agropecuária é o carro-chefe da economia de Mato Grosso, Carlos Bezerra disse ainda que uma empresa destacada na promoção do desenvolvimento rural, com gestão da melhor qualidade, não pode ser simplesmente aniquilada "em nome de uma política totalmente contrária aos interesses nacionais".

Risco de novos focos de febre aftosa preocupa

O senador Carlos Bezerra criticou a falta de planejamento das autoridades sanitárias de Mato Grosso, que estariam levando à deficiência na imunização do rebanho do estado contra a febre aftosa. O problema traz o risco de novos focos da doença em decorrência do não-atendimento à totalidade do rebanho bovino de 17,5 milhões de cabeças.

Carlos Bezerra admite que a cul-

pa não é apenas das autoridades estaduais. O aumento da demanda pela vacina contra a aftosa, fruto da ocorrência da doença em países que já estavam livres dela, também contribuiu para o problema. Há ainda, salientou o senador, uma parcela de responsabilidade que deve ser creditada aos órgãos federais.

— O segundo lote de vacinas, que estava previsto para o dia 5 de de-

zembro, num total de R\$ 34,6 milhões de doses para todo o país, não foi totalmente entregue pelo Ministério da Agricultura — disse.

O senador afirmou temer consequências desastrosas para a economia mato-grossense caso a situação não seja regularizada em breve. Além disso, ele sugeriu o reforço da fiscalização na fronteira com a Bolívia, onde a febre aftosa tem caráter endêmico.

Alcântara comenta estudo sobre a situação da mulher cearense

A mulher cearense é vítima de violência dentro do lar por parte dos pais, maridos e companheiros e sofre discriminação, denunciou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao comentar recente estudo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (Iplance) sobre a situação da mulher naquele estado nos últimos dez anos. Segundo o senador, o estudo abrange dados estatísticos sobre as condições de saúde, educação e participação da mulher cearense na política e no mercado de trabalho.

Conforme Lúcio Alcântara, o estudo revela, entretanto, que as mulheres cearenses vêm superando, paulatinamente, "as discriminações e preconceitos existentes na machista sociedade cearense". Informa ainda que as mulheres são maioria no Ceará e que, de uns anos para cá, cresceu o número de mulheres chefes de família. O estudo aponta também que o estado de saúde da mulher cearense é bom, apesar de as taxas de mortalidade materna serem altas.

A pesquisa demonstra que a mu-



Segundo Lúcio Alcântara, estudo mostra que mulher cearense é vítima de violência e discriminação

lher cearense continua ganhando menos do que os homens, embora tenha crescido sua participação no mercado de trabalho. Entretanto, grande parte das mulheres trabalha sem a carteira assinada. Alcântara informou também, com base no estudo, que é crescente a participação da mulher cearense na política.

Para Alcântara, o estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisa e Informação irá contribuir não somente para uma melhor compreensão da real situação da mulher cearense, "mas para a emancipação total e o reconhecimento de suas qualidades e capacidades".

Quintanilha defende projeto que regulamenta trabalho com motos

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) chamou a atenção para o projeto que regulamenta as profissões de motoboy e mototaxista, recentemente discutido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o projeto tramita em caráter terminativo, ou seja, cabe à CAS dar a decisão final sobre a proposta, a não ser que haja requerimento para sua votação em Plenário.

Para Quintanilha, a proposição regulamenta uma situação que a sociedade já consagrou. A atividade de mototaxista é hoje largamente utilizada no transporte de passageiros e a de motoboy, no transporte de mercadorias, disse.

— A motocicleta tem se revelado um meio de transporte muito versátil, leve, havendo-se com muita liberdade no trânsito congestionado, além de consagrar-se como meio de transporte muito econômico, permitindo, por isso, acesso fácil a um largo segmento social — disse o senador.

O representante do Tocantins

afirmou que, ao ampliar a relação de atividades profissionais, o Senado "possibilitará que milhares de brasileiros tenham regularizada a atividade que abraçaram", para o próprio sustento e de suas famílias.

Na opinião de Quintanilha, a atividade de mototaxista também "permite a uma larga faixa da população, de renda limitada, ter à sua disposição, para locomoção, um meio de transporte ágil e mais barato".

Acrescentou que os motoboys permitem "a melhoria da eficiência do comércio, que pode entregar em domicílio, ou na interligação entre empresas".

— Aumenta, ainda, a comodidade do cidadão, que pode comprar por telefone e receber, em casa, sua mercadoria, com acréscimo inexpressivo no preço — apontou o senador.

O projeto, finalizou, irá regularizar uma prática já adotada no cotidiano das pessoas, "fruto das alterações no modo de vida de uma sociedade dinâmica, que busca permanentemente o atendimento de suas demandas".



Quintanilha: proposta regulamenta o que a sociedade já consagrou

Brasil tem imenso potencial e não pode desanimar, diz Jucá

Referindo-se às notícias de turbulência econômica no mundo e em especial à crise argentina, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) falou dos investimentos que o governo brasileiro tem feito no fortalecimento da agricultura e observou que a população não deve ficar impressionada com os fatos internacionais nem desanimada com as perspectivas do Brasil. No seu entender, apesar de enfrentar muitas dificuldades, o país tem imenso potencial, especialmente na produção agrícola.

Conforme Jucá, o governo de Fernando Henrique Cardoso tem oferecido aos agricultores linhas de crédito a juro fixo e abaixo do mercado, além de criar instrumentos de apoio à comercialização de sua produção. Também disse que o Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002 é uma demons-

tração do empenho do governo em aumentar a competitividade do produto agrícola brasileiro.

– Desse modo, possibilita-se à nossa agricultura a competição em ambiente global, no qual nações poderosas e ricas protegem seus produtores com grandes subsídios e todo tipo de barreira alfandegária – salientou.

Jucá também informou que os objetivos desse Plano Agrícola são: atingir uma safra de 100 milhões de toneladas de grãos; aumentar o valor das exportações de carne bovina, suína, aves, e pescado; elevar em 6,1% o valor das exportações do agronegócio; e elevar o saldo da balança comercial do agronegócio. Ele disse ter certeza de que, com o apoio do governo, o setor agrícola continuará a crescer e a aumentar o saldo da balança comercial.



Na opinião de Jucá, a população não deve ficar impressionada com os fatos internacionais nem desanimada com as perspectivas do Brasil

Senador aplaude elaboração de plano para reservas extrativistas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) aplaudiu a decisão do Ministério do Meio Ambiente de criar o Plano de Manejo de Uso Múltiplo para as Reservas Extrativistas da Amazônia, envolvendo gestão da reserva, potencialidade econômica e geração de renda. Segundo o senador, a decisão representa um passo importante para o desenvolvimento sustentado da região amazônica, de acordo com o interesse nacional, “considerando as necessidades da população local e a preservação do meio ambiente”.

Jucá observou que sempre defendeu projeto semelhante ao apresentado pelo governo. A seu ver, a execução de políticas de uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia, com a participação das comunidades, é a melhor ma-

neira de desenvolver e preservar as riquezas sem agredir o meio ambiente.

O senador acha que a ocupação socioeconômica da Amazônia, com a prática racional do extrativismo, não apenas é condizente com a realidade ambiental e florestal, como também permitirá a realização de pesquisas e de novas experiências, levando em conta peculiaridades regionais e o interesse nacional.

– Os extrativistas representam um segmento especializado de trabalhadores rurais que necessitam apenas de apoio das autoridades para terem seus direitos respeitados, obterem a regularização fundiária de suas posses e poderem trabalhar, gerar riquezas e preservar a floresta – observou Jucá.

Mozarildo aponta riscos de enfraquecimento do Estado

Senador pede valorização de iniciativas como o programa Calha Norte e o Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) recorreu ao exemplo colombiano, onde a autoridade do governo vem sendo colocada em questão por grupos guerrilheiros e paramilitares, para defender o fortalecimento do Estado brasileiro. Ele alertou para o risco do enfraquecimento do serviço público e defendeu o fortalecimento de iniciativas como o programa Calha Norte e o Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam).

– Na condição de representante de uma unidade da Federação que integra a Região Norte, sou sensível à necessidade de uma forte presença do Estado na ocupação do território nacional. Penso que devemos tomar como alerta o fato de que alguns daqueles fatores identificados como responsáveis



Mozarildo considera urgente que o Estado assegure sua atuação em regiões como a Amazônia

pela debilidade do Estado colombiano estão presentes também no Brasil – afirmou Mozarildo.

De acordo com pesquisa feita pela Universidade Los Andes, de Bogotá, citada pelo senador, entre as principais causas da debilidade estatal na Colômbia estão a distribuição da população no vas-

to território do país e a descentralização do Estado. Mozarildo lembrou que apenas a Região Norte do Brasil tem território três vezes maior do que o da Colômbia. Além disso, o Brasil tem o segundo menor índice de concentração populacional da América Latina – atrás apenas da Colômbia.

Por isso, sustentou o senador, é urgente que o Estado assegure sua atuação principalmente onde esta é atualmente menos observada, como na Amazônia. A

presença estatal defendida por Mozarildo não se refere apenas à questão militar. “Igualmente importante para a afirmação da soberania nacional é a presença do Estado na assistência à saúde e na melhoria dos índices educacionais das comunidades mais afastadas”, sustentou.

Pedro Piva apóia agenda do governo para projetar o país

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse que a agenda estratégica do governo visando projetar o Brasil no cenário internacional está no caminho certo, a julgar pelas posições assumidas pelo país em vários foros mundiais, expressas pelo Itamaraty e pelo próprio presidente da República. O combate efetivo às práticas protecionistas adotadas pelos países ricos contra os produtos exportados pelos países em desenvolvimento é, para o senador, o ponto alto dessa estratégia.

Sem desprezar o combate ao terrorismo, como defendem os Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro, o governo brasileiro, segundo Piva, construiu uma agenda prioritária capaz de colocar o país no caminho correto. Essa agenda – afirmou – passa pela questão do desenvolvimento, pela luta contra a pobreza e as desigualdades, pelo combate às distorções do comércio internacional e à instabilidade do sistema financeiro e pelo estabelecimento de mecanismos mais demo-

cráticos nos foros multilaterais, tanto os de natureza política quanto os de natureza econômica.

Pedro Piva disse que o governo brasileiro insistiu em pontos muito importantes, inclusive denunciando a existência de um déficit de governança no mundo, “um déficit de democracia que impede que as finanças, o comércio, a economia e as decisões políticas mundiais possam atender aos interesses dos países em desenvolvimento”.

Isso, para o senador, tem a ver com a volatilidade dos fluxos de capital, com os movimentos especulativos, “com o absurdo das práticas protecionistas e dos subsídios, com a permanência de clubes ou diretórios reservados às principais potências”. Os problemas do mundo de hoje – destacou – não podem mais ficar restritos a discussões que envolvem um grupo de cinco, sete ou oito países.

Para mudar o quadro atual, disse Pedro Piva, o governo brasileiro vem reclamando ações concretas, como a renovação das instituições de Bretton Woods (basi-



Pedro Piva destaca posições assumidas pelo Brasil em vários foros mundiais

camente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e a ampliação dos espaços de deliberação, como o Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas).

Pedro Piva observou que um Brasil ouvido e respeitado lá fora “é um Brasil que viabiliza as condições de seu desenvolvimento, garante acesso a mercados para nossos produtos, assegura a entrada dos investimentos que aumentam as oportunidades de geração de empregos e abre horizontes infinitos de cooperação com nossos parceiros”.

Fernando Bezerra destaca livro sobre período militar

Conforme o senador, *Diálogos na Sombra* revela a atuação da Igreja nas negociações secretas com os militares em defesa dos direitos humanos

A recente publicação do livro *Diálogos na Sombra*, do historiador norte-americano Kenneth P. Serbin, resgata a história do Brasil nos anos mais conturbados do regime militar, destacando a atuação da Igreja nas negociações secretas com os militares em defesa dos direitos humanos, segundo afirmou o senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Para o senador, o livro, editado pela Companhia das Letras, "traz à luz, com cuidadosa e profunda análise, documentos inéditos que relatam, com riqueza de detalhes, encontros secretos entre oficiais das Forças Armadas e bispos da Igreja Católica".

— Enquanto ocorriam entrecosmos entre os defensores do regime militar, de um lado, e os líderes democráticos e militantes de esquerda, de outro, travava-se nos bastidores uma nervosa luta diplomática em que, cientes das suas responsabilidades, lideranças militares e eclesásticas tentavam vislumbrar a verdade dos fatos,



Fernando Bezerra: dom Eugênio "emerge nessa pesquisa com todo o vigor dos heróis esquecidos"

muitas vezes alterada por diferentes versões e boatos, bem como estabelecer um *modus vivendi* entre a doutrina social da Igreja e os princípios de segurança nacional dos militares — contou Fernando Bezerra.

Entre os dirigentes da Igreja Católica, segundo o senador, destaca-se o cardeal dom Eugênio de Araújo Sales, natural do Rio Grande do Norte, que "emerge nessa pesquisa inédita com todo o vigor dos heróis esquecidos". Para Fernando Bezerra, o cardeal foi "um paladino dos direitos humanos, um herói anônimo".

Nas discussões entre os dois grupos, relatou o senador, citando o livro, ambos procuravam esclarecer as diferentes posições ideológicas e foi criada a chamada "Comissão Bipartite", que, embora autorizada pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, não tinha estrutura legal, ainda que fosse marcada por uma "séria tentativa de discutir e resolver os impasses entre Igreja e governo" de modo informal.

— A importância maior dessa comissão, que atravessou incólume os anos do regime militar com seu trabalho persistente e secreto, foi certamente a de estabelecer um canal de comunicação que contribuísse para amenizar os atritos entre as duas posições. Havia concessões de ambos os lados: enquanto intensificava sua força repressiva na ação desenfreada dos torturadores, o governo procurava diálogo com as autoridades eclesásticas. E a Igreja, enquanto desempenhava seu papel de denúncia e protesto em relação às violações de direitos humanos, aceitava a oferta do diálogo, submetida à exigência do silêncio — afirmou o senador.

TV Senado apresenta perfil de Juscelino

Personalidades que conviveram com o presidente Juscelino Kubitschek relatam a importância dos anos JK para o Brasil e revelam, em especial produzido pela TV Senado, o perfil do homem e do político que planejou fazer o país crescer 50 anos em cinco.

O programa, que vai ao ar neste final de semana, traz depoimentos de Celso Furtado, Oscar Niemeyer, Maristela Kubitschek, Ronaldo Costa Couto, Vera Brant, Affonso Heliodoro, Serafim Mello Jardim e os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e José Sarney (PMDB-AP). Eles fazem um histórico da vida de JK, da infância pobre, em Diamantina, até a Presidência da República.

O programa *JK: Os diamantes são eternos* será exibido em duas partes, a primeira amanhã e a segunda no domingo, às 15h30. Ambas as apresentações serão

reprisesadas nos mesmos dias às 23h. **BALANÇO**

Neste fim de ano, a TV Senado faz uma retrospectiva de 2001 com os fatos que marcaram o Senado. Foi um ano produtivo, em que, por exemplo, a CPI do Futebol concluiu os seus trabalhos sugerindo ao Ministério Público o indiciamento de 16 dirigentes, além de propor uma Lei de Responsabilidade do Futebol.

Entre outras reações, estão a discussão e a votação da reforma do Judiciário pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que discutiu a política habitacional no país; além de temas importantes que passaram pelo Plenário.

O telejornalismo preparou dez programas especiais com as matérias que foram ao ar, levando ao telespectador o registro do trabalho do Senado e dos senadores.

A programação cultural traz uma seleção dos programas de maior sucesso, especialmente com grandes nomes da música brasileira e internacional. A programação especial de fim de ano da TV Senado começa no dia 24 de dezembro e se estende durante todo o mês de janeiro. Nos dias 24 e 25, a TV Senado leva ao seu telespectador uma programação voltada para as festas de Natal.

NOITE DE NATAL

A TV também preparou uma programação especial para a noite de Natal, quando vai mostrar o Coral do Senado apresentando um repertório que inclui *Happy Christmas*, de John Lennon, e trechos da *Missa de Natal* do Padre José Maurício Nunes Garcia, do barroco brasileiro. À meia-noite, vai ao ar a missa de Natal realizada pelo Senado no Salão Negro.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

8h — Canal do Município — nº 4
8h30 — Saúde/Unip — Obesidade — Parte 2
9h — As Cores do Brasil — Olinda
9h30 — Entrevista — O senador Geraldo Cândido fala sobre a questão racial no Brasil
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
11h30 — As Cores do Brasil — Campina Grande/Museus
12h — Canal do Município — nº 4
12h30 — Entrevista — O senador Roberto Freire fala sobre Parlamento e tecnologia
13h — As Cores do Brasil — Camboriú
13h30 — Cidadania — Os senadores Roberto Saturnino e Jefferson Péres falam sobre o mercado de petróleo
14h30 — Sessão Plenária — Reapresentação
19h — Canal do Município — nº 4
19h30 — Cidadania — O senador Lindberg Cury e o deputado Marcos Cintra falam sobre imposto único
20h30 — Entrevista — O senador Ricardo Santos fala sobre o projeto antidrogas
21h — Jornal do Senado
21h30 — Fala Cidadão
22h — Teatro Arthur Azevedo
23h30 — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
24h — Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h — Cidadania — Senadores Moreira Mendes e Jonas Pinheiro
2h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
2h30 — Jornal do Senado
3h — As Cores do Brasil — Os fortes do Recife
3h30 — Entrevista — Senador Geraldo Cândido
4h — Fala Cidadão
4h30 — Saúde/Unip — Obesidade — Parte 3
5h — Redescobrimos o Brasil — Lamião
5h30 — Jornal do Senado
6h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
6h30 — Cidadania — Senadores Moreira Mendes e Jonas Pinheiro
7h30 — Entrevista — Senador Nabor Júnior fala sobre a Feira do Pacífico
8h — Jornal do Senado
8h30 — De Coração — Hanseniose — Dr. Abrahão Rotbert
9h — Redescobrimos o Brasil — Lamião
9h30 — Leituras — Melissa Trevisan
10h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h — As Cores do Brasil — Os fortes do Recife
11h30 — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
12h — Jornal do Senado
12h30 — Entrevista — O senador Juvêncio da Fonseca fala sobre o gasoduto Brasil-Bolívia
13h — Fala Cidadão
13h30 — Cidadania — A senadora Marina Silva e o senador Artur da Távola falam sobre a ética na política
14h30 — Espaço Cultural — Concerto da Jamaica (1)
15h30 — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
16h30 — Canal do Município — nº 4
17h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
17h30 — As Cores do Brasil — Olinda
18h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h — Fundação Joaquim Nabuco — Ciclo Natalino
19h30 — Cidadania — Senadores Roberto Saturnino e Jefferson Péres
20h30 — Fala Cidadão
21h — Jornal do Senado
21h30 — Espaço Cultural — Demônios da Garoa
22h30 — Redescobrimos o Brasil — Lamião
23h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
24h — Teatro Arthur Azevedo — Filarmônica da Baviera

DOMINGO

2h — Fala Cidadão
2h30 — Jornal do Senado
3h — As Cores do Brasil — Olinda
3h30 — Entrevista — Senador Pedro Piva
4h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
4h30 — De Coração — Hanseniose
5h — As Cores do Brasil — Os fortes do Recife
5h30 — Jornal do Senado
6h — Fala Cidadão
6h30 — Cidadania — Os senadores Moreira Mendes e Jonas Pinheiro falam sobre as relações Brasil-Taiwan
7h30 — Entrevista — Senador Juvêncio da Fonseca
8h — Jornal do Senado
8h30 — Canal do Município — nº 4
9h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
10h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h — As Cores do Brasil — Olinda
11h30 — Fala Cidadão
12h — Jornal do Senado
12h30 — Entrevista — Senador Pedro Piva
13h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
13h30 — Cidadania — Senadores Roberto Saturnino e Jefferson Péres
14h30 — Espaço Cultural — Demônios da Garoa
15h30 — Fundação Joaquim Nabuco — Ciclo Natalino
16h — Canal do Município — nº 4
16h30 — De Coração — Hanseniose
17h — Fala Cidadão
17h30 — Redescobrimos o Brasil — Lamião

18h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h — Leituras — Melissa Trevisan
19h30 — Cidadania — Senador Lindberg Cury e deputado Marcos Cintra
20h30 — Idéias
21h30 — Teatro Arthur Azevedo — Filarmônica da Baviera
23h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
24h — Quem Tem Medo da Música Clássica?

SEGUNDA-FEIRA

1h — Cidadania — Senador Lindberg Cury e deputado Marcos Cintra
2h30 — As Cores do Brasil — Campina Grande — Museus
3h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
3h30 — Entrevista — Senador Juvêncio da Fonseca
4h — As Cores do Mundo — Alagoas
4h30 — Saúde/Unip — O sono
5h — Fala Cidadão
5h30 — Fundação Joaquim Nabuco — Ciclo Natalino
6h — Saúde/Unip — O sono
6h30 — Cidadania — Senador Ricardo Santos e diretor superintendente nacional do Sesi, Rui Lima
7h30 — Entrevista — Senador José Fogaça
8h — Canal do Município — nº 4
8h30 — Saúde/Unip — O sono
9h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
10h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
11h30 — Espaço Cultural — Coral do Senado
12h — As Cores do Brasil — Os fortes do Recife
12h30 — Entrevista — Senador Pedro Piva
13h — Fala Cidadão
13h30 — Cidadania — Senadores Moreira Mendes e Jonas Pinheiro
14h30 — Espaço Cultural — Orquestra de Budapeste
16h — Especial — Fósseis
17h — Espaço Cultural — Coral do Senado
18h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
20h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
20h30 — Fala Cidadão
21h — Especial — Presépio Vivo de Campina Grande
22h — Espaço Cultural — Coral do Senado
23h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
24h — Missa de Natal — Missa do Congresso Nacional

TERÇA-FEIRA

2h — Saúde/Unip — Dor no ombro
2h30 — As Cores do Brasil — Alagoas
3h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
4h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
4h30 — Saúde/Unip — Dor no ombro
5h — As Cores do Brasil — Campina Grande — Museus
5h30 — Fundação Joaquim Nabuco — Ciclo Natalino
6h — Saúde/Unip — Dor no ombro
6h30 — Especial — Presépio Vivo de Campina Grande
7h30 — Redescoberta — Lamião
8h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
9h — Missa de Natal — Missa do Congresso Nacional
10h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h — Idéias — Senadores: opinião, discursos, projetos
12h — Especial — Presépio Vivo de Campina Grande
12h30 — Espaço Cultural — Coral do Senado
13h30 — Especial — Fósseis
14h30 — Teatro Arthur Azevedo — Filarmônica da Baviera
16h — Especial — JK, os Diamantes são Eternos
17h — Espaço Cultural — Coral do Senado
18h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h — Fala Cidadão
19h30 — Especial — Presépio Vivo de Campina Grande
20h30 — Espaço Cultural — Coral do Senado
21h30 — Espaço Cultural — Orquestra de Budapeste
23h — Especial — JK, os Diamantes São Eternos
24h — Quem Tem Medo da Música Clássica?

QUARTA-FEIRA

1h — Cidadania — Senador Lindberg Cury e deputado Marcos Cintra
2h — De Coração — "Dicas para quem quer parar de fumar" — Dr. Hélio Ronaldi
2h30 — Jornal do Senado — Retrospectiva 2001
3h — As Cores do Mundo — 1º programa
3h30 — Entrevista — Senador Pedro Piva
4h — Fala Cidadão — Programa Especial — nº 01
4h30 — De Coração — Dr. Hélio Ronaldi
5h — Jornal do Senado — Retrospectiva 2001
5h30 — As Cores do Mundo — 1º programa
6h — Cidadania — Senador Tião Viana e professora de Bioética Eliane Azevedo falam de reprodução assistida
7h — Idéias — Retrospectiva — 1ª parte
7h30 — Entrevista — Senador Alvaro Dias faz balanço da CPI do Futebol
8h — Jornal do Senado
8h30 — De Coração
9h — Fala Cidadão — Programa Especial — nº 01
9h30 — As Cores do Mundo — 1º programa
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
16h — Quem Tem Medo da Música Clássica?
17h — Jornal do Senado
17h30 — Especial — Seca
18h30 — Idéias — Retrospectiva — 1ª parte
19h — Cidadania — Senador Ricardo Santos e diretor superintendente nacional do Sesi, Rui Lima
20h30 — Entrevista — Senador José Fogaça

Jucá aponta avanços na política social do governo

A edição do relatório “Evolução Recente das Condições e das Políticas Sociais no Brasil”, produzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi aplaudida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). O estudo, disse, demonstra que houve avanços nas políticas sociais no país desde a implantação do Plano Real. De acordo com o relatório, que abrange o período de 1995 a 2001, a renda domiciliar *per capita* média subiu 25% no período, em relação a 1990-1994.

— A consequência direta é que a proporção de pobres e indigentes na população brasileira, seja relativa, seja absoluta, caiu de modo consistente desde 1994. Se em 1994 os pobres somavam 44%

da população total, em 2000 esse percentual reduziu-se para 32%. Paralelamente, a população de indigentes caiu de 21% para 13%, relatou.

De acordo com o senador, em 1993 o país investia R\$ 99 bilhões em desenvolvimento social. Já para o período de 2000 a 2003, está prevista uma média de R\$ 150 bilhões a cada ano.

Outro dado salientado é que a Previdência Social assiste hoje cerca de 700 mil idosos carentes. Há um ano esse número era de 403 mil. Jucá acrescentou que atualmente são amparadas 900 mil pessoas com necessidades especiais e que o número de brasileiros que recebem benefícios previdenciários chegou a 19,9 milhões em 2000.

Senador quer mercado de capitais forte

O senador Romero Jucá manifestou apoio à Ação Cívica pelo Fortalecimento do Mercado de Capitais. O movimento luta pelo desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e fortalecimento das bolsas de valores no país.

Jucá assinalou que um dos grandes problemas do mercado de capitais no país é a migração de negócios de empresas nacionais para o exterior, principalmente para a Bolsa de Valores de Nova York. Outro ponto negativo, destacou, “é a tributação das operações”.

Na opinião do senador, a capitalização é o melhor caminho para que empreendedores possam criar empresas e gerar empregos, renda e receita tributária. Ele também afirmou que o Brasil precisa ter bolsas de valores fortes, com

volume de negócios expressivo, para que haja “uma capitalização sadia e adequada, com crescimento econômico sustentável”.

A democratização do capital das empresas foi outra medida apoiada. O senador destacou a importância da participação de toda a sociedade no mercado de capitais, e lembrou que o governo tem praticado essa política ao facilitar aos trabalhadores brasileiros a aquisição de ações da Petrobras.

— Queremos um mercado de capitais forte, moderno, democrático, com ampla participação da nossa população, com empresas bem capitalizadas, gerando renda e produzindo mais bens, a menores custos, contribuindo para o bem-estar de nossa população — ressaltou.

Lúcio Alcântara registra os resultados do Projeto Inovar

O Projeto Inovar, iniciativa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), mostra-se vitorioso em pouco mais de um ano de atividade, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo declarou, a iniciativa tem desenvolvido ações como a Incubadora de Fundos Inovar, Portal Capital de Risco Brasil, Venture Fórum Brasil e Capacitação em Capital de Risco, entre outras. A Finep é a principal agência do governo federal para financiar o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Alcântara disse que o Projeto Inovar está ampliando sua atuação, ao reforçar as iniciativas já adotadas como o Fórum Brasil de Inovação, que visa atrair instituições de planejamento e desenvolvimento para a execução de projetos de inovação tecnológica. Também estão sendo adotadas novas linhas de financiamento, uma de co-financiamento e outra voltada para as empresas que estejam abrindo o capital no Novo Mercado da Bovespa. Há ainda, lembrou, o Programa de Capacitação de Gestores de Fundos.

Valadares cobra solução para o Rio São Francisco

Segundo o senador, é preciso conhecer as reais causas dos problemas, como a diminuição do deflúvio, para a adoção de medidas adequadas

Ao afirmar que a decisão do governo Fernando Henrique Cardoso de revitalizar o São Francisco é uma sinalização clara de reconhecimento oficial da situação crítica do rio, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) advertiu para o fato de que “é preciso evitar soluções precisas para problemas imprecisos”.

— Por exemplo, não faz sentido buscar solução para a aparente diminuição do deflúvio (escoamento) médio anual do rio pela simples razão de que não há comprovação estatística dessa diminuição. O que tem ocorrido é que, durante as estiagens, a vazão tem diminuído e, durante as cheias, a vazão tem aumentado. Tudo por conta do uso inadequado do solo, que aumenta a erosão e diminui a infiltração — afirmou.

De acordo com o senador, antes da construção das usinas hidrelétricas de Sobradinho, Itaipira, Paulo Afonso e Xingó, o São Francisco tinha grandes vazões na sua foz. Desse modo, suas cheias inundavam as margens de sedimento, que fertilizavam o solo.



Valadares: as hidrelétricas alteraram o volume da vazão na foz do São Francisco

Hoje, comparou, as barragens regularizaram a vazão e os sedimentos ficam presos em suas peças.

Os responsáveis pela recuperação do rio, afirmou, devem ser aqueles que já se encontram na bacia do rio, como os usuários dos recursos hídricos, os governos estaduais e municipais, as universidades e as organizações não-governamentais, além da Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Codevasf), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

Após 500 anos, um rio “que tanta vida gerou e gera está à beira da morte”, disse. Ele relacionou “as cinco principais doenças” que ameaçam o São Francisco: o

desmatamento, a poluição, as barragens, a irrigação e a ameaça de transposição.

Para Valadares, o sucesso ou o fracasso das civilizações está escrito em suas águas.

— Rios mortos e poluídos, transformados em esgoto a céu aberto, mostram a irracionalidade da opção do crescimento a qualquer custo, de forma insustentável — advertiu.

Mauro Miranda elogia modernização das regras para obtenção de recursos do FCO

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) expressou seu apoio ao ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, que iniciou a modernização do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A iniciativa, disse, é “da maior importância” para o desenvolvimento não só do Centro-Oeste, mas também das outras regiões brasileiras.

Com as mudanças, de acordo com o senador, as cartas-consulta apresentadas pelas empresas para análise de viabilidade dos financiamentos passarão por um processo de descentralização e serão analisadas nos respectivos estados pelos conselhos de desenvolvimento locais. Assim, afirmou, haverá maior rapidez e agilidade na aprovação de projetos, na realização dos desembolsos e na implantação dos empreendimentos.

Ele informou que, agora, os projetos serão apresentados di-



Mauro Miranda: antigas distorções devem ser corrigidas com as mudanças

retamente ao Banco do Brasil, o que facilitará o relacionamento entre as empresas e a administração do FCO.

Afirmou também que as diretrizes do fundo serão estabelecidas pelo conselho deliberativo, ficando o Banco do Brasil autorizado a transferir recursos para os bancos de desenvolvimento estaduais, que atuarão como operadores de financiamento do FCO.

Mauro Miranda entende que as

mudanças contribuirão para corrigir antigas distorções, como o alto nível de inadimplência dos mutuários e a elevada disponibilidade de recursos não utilizados, representando uma ociosidade incompatível com a carência de recursos necessários para o desenvolvimento do Centro-Oeste. Com as mudanças, lembrou, a região passará a contar com substancial montante de recursos para financiar o desenvolvimento.

Lobão mostra importância do trabalho voluntário no país

Para senador, só mediante parceria entre sociedade e governo Brasil poderá combater seus grandes problemas na área social

O papel do voluntariado em favor das crianças brasileiras foi destacado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), a propósito da comemoração do Dia Internacional do Voluntariado, no último dia 5. Ele observou que cada vez mais o governo e a sociedade percebem que a tarefa de superar as desigualdades estruturais históricas existentes no Brasil não deve ser apenas da administração pública, mas do conjunto da sociedade em parceria ativa com o governo em todos os níveis.

— Só assim poderemos superar as imensas dificuldades que vêm



Lobão disse que, de 23 metas assumidas com o Unicef, apenas quatro foram atingidas

provocando tanto sofrimento em nossos patrícos mais indefesos e carentes — disse.

Lobão comentou que, das 23 metas assumidas pelo Brasil com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que seriam apresentadas na Sessão Especial

sobre a Criança da Assembléia Geral da ONU — que terminou sendo cancelada, em razão dos atentados aos Estados Unidos, apenas quatro foram atingidas: a redução da incidência de baixo peso no nascimento de crianças, a erradicação da poliomielite, a redução das mortes provocadas pelo sarampo ou associadas a ele e o aumento da cobertura vacinal. Isso, ressaltou o senador, apesar de os investimentos do governo brasileiro na área social terem aumentado substancialmente — de R\$ 58,6 bilhões, em 1992, para R\$ 129,5 bilhões, em 2000.

Lobão deu como exemplos de trabalho voluntário em favor da infância a atuação da Fundação da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e da Pastoral da Criança.

João Alberto elogia Pastoral da Criança

Ao lembrar que 2001 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional do Voluntariado, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) elogiou o voluntariado brasileiro, proporcionalmente o quinto maior do mundo. O parlamentar enalteceu ações como a da Pastoral da Criança, desenvolvida com trabalho voluntário.

Ele citou pesquisa realizada pelo Instituto Superior de Estudos Religiosos (Iser) e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) apontando que, no Brasil, 22% dos brasileiros adultos ocupam-se voluntariamente de projetos sociais, índice quase igual ao da

França (23%), mas ainda bem menor que o dos Estados Unidos, onde 48% dos habitantes dedicam-se a serviços voluntários durante no mínimo cinco horas por semana.

Alberto salientou que o serviço voluntário é visto como paternalista, já que não desperta a cidadania. Mas, se utilizado com criatividade, “constitui-se campo fértil de idéias e iniciativas libertadoras”, como a Pastoral da Criança, orientada pela médica Zilda Arns há



João Alberto: mortalidade infantil decresceu nas localidades atendidas

18 anos.

Ele disse que a Pastoral da Criança está presente em 22 mil comunidades brasileiras pobres, em 3.277 municípios.

— Aproximadamente 76 mil gestantes são acompanhadas mensalmente por 150 mil voluntários. Os resultados? A taxa de mortalidade infantil, cuja média nacional gira em torno de 34,6 por mil nascimentos, nas localidades atendidas pela Pastoral caiu para 13 por mil nascimentos — afirmou.

aperfeiçoar ao máximo sua eficácia na produção, deve deixar sua marca na contribuição para a comunidade e para o meio ambiente. Mas, acrescentou, é bem recente a tendência de empresas brasileiras investirem em ações sociais.

Lembrando que, há décadas, o Banco do Brasil e o Bradesco mantêm fundações beneficentes, ele afirmou que, nos anos 90, esses exemplos se generalizaram.

no veio para ficar, refletindo a atitude de pessoas que, dispondo de algum recurso, ou de vastos recursos, preferem, entre vários caminhos possíveis, trilhar aquele que garanta para seus filhos e netos não somente uma situação confortável, ou mesmo fortunas. Decidiram legar-lhes um país.

Conforme Alcântara, as teorias da boa gestão empresarial enfatizam que a empresa exemplar, além de

José Agripino homenageia padre e empresário potiguar

O senador José Agripino (PFL-RN) prestou homenagem ao padre João Maria, cuja fundação cultural que leva seu nome completa 12 anos de existência, e a seu fundador, Ulisses Celestino de Góis. Ele lembrou que “as dificuldades não



Agripino lembrou obra do padre João Maria voltada para famílias carentes

punham freio na obra do religioso, freqüentemente voltada para famílias carentes e cujo exemplo mais vivo está na catedral erguida no Bairro do Tirol, em Natal (RN)”.

José Agripino também ressaltou a contribuição de Ulisses Celestino, a quem atribuiu a responsabilidade pelo reconhecimento da obra do padre João Maria:

— Contabilista, jornalista, professor universitário, escritor, fundador de dois jornais (*A Ordem* e *A Verdade*), esse potiguar, ao longo de seus 94 anos, fez de tudo para levar o desenvolvimento ao nosso estado e a Natal, em particular — disse ele.

Alcântara sugere medidas para incentivar a leitura

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu o barateamento do livro e o incremento de bibliotecas comunitárias como medidas necessárias para incentivar o hábito da leitura entre crianças e jovens. Ele disse que projeto de lei em tramitação instituindo o Dia Nacional do Livro representa um passo importante no sentido de estimular a formação de “grandes leitores” no Brasil.

Alcântara afirmou que a pouca familiaridade dos brasileiros com a leitura é a principal causa do chamado analfabetismo funcional, em que a pessoa, mesmo ten-

do aprendido a ler, não faz uso dessa habilidade. O incentivo à leitura desde a infância, na opinião do senador, é a melhor maneira de garantir que a alfabetização seja duradoura.

O senador ressaltou que a importância do incentivo ao hábito da leitura dentro das comunidades está na formação de pessoas livres, inteligentes e críticas. Ele citou declaração do escritor Alberto Manguel, de que a leitura é vista como algo perigoso por muitos governos, uma vez que a sociedade se torna mais poderosa à medida que se dedica à leitura.

Mauro relata conferência sobre Estatuto da Cidade

Implementar imediatamente os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade, assegurando plena cidadania aos seus habitantes por meio do direito à moradia, ao saneamento básico, ao transporte e aos serviços públicos. Essa foi, segundo o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a principal conclusão da III Conferência das Cidades, realizada pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

Para o senador, apesar do diagnóstico sombrio da situação atual das cidades, feito pelos participantes, foram identificadas três condições para garantir a implementação do Estatuto da Cidade.

Em primeiro lugar, a necessida-

de de garantir a presença efetiva do Estado, que tem a obrigação de assumir as suas responsabilidades com mais eficiência e assegurar o cumprimento dos programas de desenvolvimento urbano sob a responsabilidade da União, estados, municípios e Distrito Federal, explicou Mauro Miranda.

A segunda condição, conforme o senador, refere-se à mobilização da sociedade e aos movimentos que defendem uma verdadeira mudança nas estruturas da paisagem urbana brasileira. E, finalmente, a mobilização da classe política, “que deve exercer papel definitivo na defesa das proposições, na apresentação de matérias, no cumprimento dos programas e em sua fiscalização”.